

## **A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

Miriam Raquel Piazzini Machado, Alessandra Maia Lima Alves

*Colégio de Aplicação João XXIII/ UFJF*  
miriam.machado@ufjf.edu.br

Nesse relato de experiência apresentamos a prática escolar na coordenação de ensino do primeiro segmento do ensino fundamental no Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No recorte aqui apresentado, pretendemos destacar iniciativas de gestão democrática desenvolvidas por nós, professoras coordenadoras, na nossa atuação cotidiana. Consideramos que esse modelo de gestão representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no dia a dia escola. Enfatizaremos nesse trabalho, ainda, o Programa de Treinamento Profissional da UFJF e Monitoria Júnior. Esses programas são regulamentados pela UFJF e têm como objetivo principal possibilitar o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de discentes da graduação, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. No exercício da coordenação temos a oportunidade de estabelecer laços mais estreitos entre as famílias, técnicos administrativos, professores e os estudantes, considerados como atores participativos no processo educacional. Há uma constante resolução de conflitos e, conseqüentemente, um outro olhar sobre a realidade escolar, num processo em que a escola e suas questões são vistas sob um ponto de vista mais amplo. O trabalho na coordenação se dá em parceria com os professores, Assistente de alunos, Psicóloga, Assistente Social, Pedagoga e os próprios alunos. A mediação que se busca nos amplos espaços escolares contribui para a resolução de muitos conflitos que impedem que a aprendizagem aconteça. Concluimos que pensar a gestão de forma democrática não é uma utopia, mas uma necessidade. Na escola se relacionam diferentes atores e encontrar o consenso é uma necessidade para a construção de uma instituição pública democrática, que atenda aos interesses da comunidade escolar.

Palavras-chave: Coordenação de Ensino; Gestão democrática; Treinamento Profissional.

### **Introdução**

O presente artigo tem a finalidade de apresentar a prática escolar na coordenação de ensino, destacando iniciativas de gestão democrática desenvolvidas por nós, professoras coordenadoras, na nossa atuação cotidiana na escola e o Programa de Treinamento Profissional da UFJF. Nossa atuação se dá no primeiro segmento do ensino fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII (CAp João XXIII), que é uma Unidade Acadêmica de Ensino Básico, integrada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais e que está completando cinquenta e dois anos em 2017. Ensino, Pesquisa e Extensão são três frentes de atuação do Colégio, que foi criado para ser campo de experimentação, demonstração e aplicação de pesquisas, como

também campo de estágio para os cursos de licenciatura da UFJF. Desta forma, o Colégio vem contribuindo para formação de jovens e de professores, sendo referência na cidade.

Atualmente, o CAP João XXIII funciona em três turnos, atendendo crianças a partir dos seis anos de idade. Conta com cerca de mil trezentos e cinquenta alunos matriculados em vinte e oito turmas entre Ensino Fundamental, nove turmas de Ensino Médio, oito turmas do Curso da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e duas turmas dos cursos de Especialização (lacto sensu). No Colégio são desenvolvidos vários projetos, que visam ampliar as possibilidades pedagógicas de formação de seus alunos. Esses projetos são desenvolvidos também na coordenação de ensino e contribuído para a prática que nela se estabelece.

A seguir discutiremos brevemente sobre “Gestão Democrática no Brasil”, considerando que esse modelo de gestão embasa nosso trabalho pedagógico na Coordenação de Ensino no Cap. João XXIII.

### **Cotidiano escolar: vivenciando princípios de gestão democrática**

No cenário educacional brasileiro atual, a questão da gestão democrática tem sido alvo de intensivos debates, principalmente, na educação básica da escola pública. A escola, segundo Souza (2008), vista como uma organização social, cultural e humana requer que cada sujeito envolvido tenha o seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas presentes no ambiente escolar. Neste contexto, os gestores tem um papel fundamental na organização de uma política que promova o atendimento às necessidades e anseios da comunidade escolar.

Nossos fundamentos sobre gestão democrática são respaldados por autores que se dedicaram aos estudos do tema como: Gadotti (2001), Veiga (1997), Libâneo (2004) e Paro (2006). Para estes estudiosos, a realização de um trabalho participativo, autônomo e democrático, envolvendo todos os segmentos sociais que compõe a escola, contribui para o rompimento do autoritarismo que ainda permanece em diversas instituições escolares no Brasil.

Os mesmo autores fazem, ainda, uma reflexão quanto ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade. Desenvolver uma filosofia de gestão democrática implica romper com paradigmas tradicionais, o que pode ser difícil em algumas realidades. Para Souza (2008, p.02) a “gestão democrática faz parte da luta de educadores e movimentos

sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade”.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Para tanto, o trabalho em grupo, as decisões tomadas em congregações, reuniões pedagógicas, a definição de objetivos, a construção de projetos, certamente tornarão a escola mais unificada e menos sensível às propostas advindas de outras realidades.

Nessa mesma direção, Veiga (2011) disserta que a gestão democrática implica em repensar a estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. Esse exercício propicia a prática da participação coletiva, atenuando, assim, o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram práticas educacionais das quais a escola não opina, apenas executa.

Legalmente, a gestão democrática está amparada pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso VI, que a define da seguinte forma: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, como um de seus princípios. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (n.9.394\1996) , os artigos 14 e 15 salientam:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

A gestão democrática passou a ser considerada como possibilidade de melhoria do processo educacional. No entanto, para Gadotti (2001), somente leis que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas não são suficientes para mudar a gestão na educação. Os gestores, professores, alunos, e demais atores do processo educacional precisam compreender significado político de autonomia.

Para o mesmo autor (ibid), o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva. Nesta perspectiva, efetivar uma gestão democrática implica na participação de todos os segmentos da comunidade escolar levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola. Outra autora que dialoga nessa perspectiva e nos auxilia na compreensão da gestão democrática é Ramos (2013), que considera que:

pensar o trabalho coletivamente significa construir mediações capazes de garantir que os obstáculos não se constituam em imobilismo, que as diferenças não sejam impeditivas da ação educativa coerente, responsável e transformadora. Esse contexto relacional implica em buscar o objetivo comum que é o desenvolvimento integral do aluno e do sucesso da escola através da implantação de um Projeto Político Pedagógico que traduza os interesses e anseios coletivos. (RAMOS, 2013 p. 17)

É com este olhar e premissas que desenvolvemos nosso trabalho na Coordenação de Ensino no Colégio de Aplicação João XXIII\UFJF, reconhecemos que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e conscientização, mas que por si só, não leva uma comunidade a se libertar dos mecanismos opressores que norteiam a sociedade em gestação. Para tanto, é necessário assumir uma postura de compromisso com a comunidade escolar participativa, os atores são ativos nos processos pedagógicos, administrativos e democráticos. E como afirmou PARO (2006, p.25), “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

O trabalho aqui apresentado, caminha nessa premissa de que nossa atuação é cercada por desafios para que de fato haja gestão democrática. Porém, esses desafios são necessários para podermos renovar as práticas educativas desenvolvidas no Colégio. E não podemos deixar de destacar que uma renovação é complexa por três questões: primeira, porque perpassa todos os aspectos da prática pedagógica; segundo, porque exige abertura dos envolvidos no processo com vontade política de mudar; e terceiro, porque os meios para concretizar as aspirações devem estar em consonância com o contexto histórico.

Mesmo com tantos desafios, devemos nos respaldar no pressuposto de que toda e qualquer mudança requer uma compreensão crítica e reflexiva, principalmente nas discussões e debates pedagógicos e que a luta por uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar é o compromisso que deve ser assumido por todos os profissionais da educação.

Para uma maior compreensão de como o trabalho da coordenação se desenvolve, torna-se importante apresentar a estrutura administrativa da escola. Sendo uma Unidade Acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora, o colégio tem a estrutura dos departamentos. São cinco departamentos nos quais os professores estão distribuídos por áreas: Departamento de Letras e Artes, Departamento de Matemática, Departamento de Ciências Naturais, Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Educação Física. Cada departamento tem uma Chefia e Subchefia, e são responsáveis pela organização dos programas das disciplinas, bem como o acompanhamento administrativo dos seus membros.

As coordenações são organizadas por segmentos, conforme apresentado anteriormente. São responsáveis pela organização dos horários de aulas, pelo acompanhamento das aulas e dos estudantes, fazem a interlocução escola/família e representam no Conselho de Unidade (órgão consultivo e deliberativo sobre questões administrativas, disciplinares e pedagógicas do Colégio), o seu segmento.

Para todos os cargos de chefia e coordenação são realizadas eleições entre os pares, com mandato de dois anos. No nosso caso, fomos eleitas pela primeira vez no ano de 2014 e, participamos de novo processo eleitoral, tendo sido reeleitas em 2016.

Organizamos as reuniões de conselhos de classe para um acompanhamento trimestral das turmas, reuniões coletivas para os Projetos Coletivos de Trabalho (PCT), desenvolvidos em cada ano escolar, fazemos reuniões pedagógicas para avaliarmos as práticas e apontarmos mudanças e adequações nos processos educacionais, promovemos atividades extracurriculares para os estudantes, em consonância com os PCT de cada ano escolar.

É importante destacar que todos os processos, modificações, adequações curriculares são apresentados aos departamentos, ao Conselho de Unidade e, posteriormente, votados no órgão máximo de deliberação da escola que é a Congregação, onde se reúnem os professores, os técnicos administrativos em Educação, representantes do Grêmio Estudantil, representantes dos pais (Associação de Pais) e a direção do Colégio.

As ações que se desenrolam em cada assembleia ou reunião nem sempre são fáceis, porque o consenso nem sempre é percebido. Em muitos casos, a votação de uma pauta se faz necessária e acatar o que a maioria decide é um grande exercício de democracia.

As reuniões de atendimento aos pais individualmente são, em muitos casos, indispensáveis. O acompanhamento das famílias se faz muito necessário em nossa escola, porque acreditamos que juntos podemos encontrar meios de superar os desafios e conseguir avanços importantíssimos para a melhoria do processo educativo.

São realizadas reuniões de pais conjuntas, com o objetivo maior de orientar e apresentar aos pais o trabalho que vem sendo desenvolvido em sala de aula. Nessas reuniões, podemos ouvir os pais, ficamos mais próximos de seus anseios.

Todo o trabalho que vimos desenvolvendo necessita de um envolvimento de vários atores. E temos na escola um grande aliado, que é o Núcleo de Apoio Escolar, o NAE, recém-criado no colégio e composto por Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos. Para cada frente é acionado um ou mais membros do NAE, num trabalho coletivo que tem sido fonte de aprendizado e de crescimento.

A seguir relataremos brevemente sobre o Programa de Treinamento Profissional e de Monitoria Júnior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esses possibilitam ao aluno de graduação e do ensino médio participação na gestão escolar.

### **Uma prática pedagógica, um auxílio na formação e participação na gestão**

Para realização de diversas práticas educativas na coordenação contamos com bolsistas do Programa de Treinamento Profissional (TP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esse programa é regulamentado pela Resolução n.º 58/2008 da UFJF e tem como objetivo principal possibilitar o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de graduação da UFJF, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. De acordo com a resolução,

este aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, em regime de 12 horas semanais de atividades. A orientação deste treinamento profissional é feita por um professor ou profissional da área. (UFJF, Resolução nº 58/2008)<sup>1</sup>.

No caso específico do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAp XXIII/UFJF), o Programa de Treinamento Profissional proporciona aos licenciandos de diversas áreas a participação ativa na vida escolar da Educação Básica, conhecendo e atuando no dia a dia escolar, propiciando-lhes maiores experiências profissionais em seu campo de atuação. Além desse programa que atende os alunos da

---

<sup>1</sup><http://www.ufjf.br/prograd/coordenacoes/cgrad-coordenacao-de-graduacao/treinamentoprofissional/> recuperado em 07 outubro, 2014.

graduação, a Monitoria Júnior, proporciona um campo de observação e atuação dos alunos do Ensino Médio do colégio como monitores dos alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental.

O envolvimento dos professores formadores do CAp XXIII/UFJF e licenciandos em projetos propostos e desenvolvidos colaborativamente indica que a formação dos professores não se dá de forma estanque, somente na escola ou exclusivamente nas universidades, mas nos dois contextos: tanto a formação teórica é importante, como aprender na prática é essencial; além disso, teoria e prática se enriquecem mutuamente e, no caso da docência, uma não subsiste sem a outra. Defendemos, nesse trabalho, que o Programa de Treinamento caminhe nessa perspectiva e possa trazer impactos que repercutirão diretamente no saber-fazer pedagógico dos futuros profissionais da educação, configurando-se, dessa forma, uma influência em sua formação inicial docente.

Ao possibilitarmos a interlocução entre os alunos do Ensino Médio, através dos Projetos de Bolsas de Monitoria Júnior, e os graduandos, das bolsas de Treinamento Profissional, para que participem de atividades junto aos estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental, estamos propiciando uma participação efetiva nas relações de ensino aprendizagem, o que, anteriormente ao surgimento dos projetos de treinamento profissional, só era possível através dos estágios dos cursos de graduação.

Além de apostar na sua vocação ao ensino na educação básica, o colégio reforça sua identidade de campo de formação inicial. Os estudantes de graduação que participam de inúmeros projetos do CAp João XXIII tem assegurado esse investimento. Soma-se a isso, a grande contribuição que possibilitam com o seu trabalho nesse projeto junto aos estudantes, que têm a oportunidade de acesso a um trabalho individualizado, através da mediação que recebem não só dos professores e coordenadoras regentes de cada disciplina, de seus pares, como também dos bolsistas.

O Projeto de Treinamento Profissional “Coordenação do João XXIII (Primeiro Segmento do Ensino Fundamental)”, tem como objetivos principais: i) propiciar a formação inicial através da prática pedagógica no cotidiano escolar. ii) orientar e/ou acompanhar os alunos em atividades pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar; iii) auxiliar os professores no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais; iv) auxiliar a coordenação na comunicação com os professores, alunos, assim como entre escola e família.

Os objetivos acima descritos se concretizam em atividades tais como: a) acompanhamento dos alunos em atividades extras oportunizadas pelo colégio de aplicação;

b) participação efetiva junto à coordenação para auxiliar na comunicação necessária para o bom andamento das atividades escolares. c) presença junto aos alunos para auxiliar em suas demandas escolares, assim como em atividades extras a serem proporcionadas pela escola. d) assistir aos alunos e alunas nos diferentes horários escolares: entrada, recreio, saída, etc.; e) zelar pela disciplina dos alunos e alunas, nas dependências do Colégio e pela preservação da escola como Patrimônio Público. f) participação junto aos professores para auxiliá-los no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais.

Aliado a esse projeto com a participação de graduandos das licenciaturas ou da pedagogia, temos a Monitoria Jr, com o Projeto “Matemática: aliando o lúdico ao trabalho pedagógico”, que atende a estudantes do próprio CAP. Os principais objetivos desse projeto são: i) organizar jogos matemáticos e ou brincadeiras para serem desenvolvidas durante o tempo do recreio do turno da tarde; ii) integrar alunos dos diversos segmentos de ensino do colégio; iii) troca de experiências e/ou conhecimentos sobre os jogos matemáticos; iv) aliar o lúdico ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Os monitores são orientados a conduzir oficinas de jogos para os alunos menores, tais como xadrez, ludo, uno, dama, Kalar, colisões, cubo mágico dentre outros, durante o recreio, visando oportunizar o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, através da brincadeira ou jogo. Além disso, a participação do monitor propicia uma maior integração entre os alunos, assim como, uma aprendizagem recíproca para os estudantes envolvidos.

A participação desses bolsistas na coordenação propicia um olhar diferenciado sobre a realidade escolar. Os bolsistas, estudantes da graduação e do ensino médio do colégio, trazem um olhar diferenciado, seja por conta da teoria que estudam, seja por conta de suas próprias experiências, o que proporciona uma participação efetiva na tomada de decisão, na resolução das situações cotidianas e um modo distinto de perceber o fazer pedagógico que acontece no interior do espaço escolar.

## **Conclusão**

As ações que se estabelecem no cotidiano da coordenação de ensino são importantíssimas para respaldar o trabalho do professor em sala de aula. É na coordenação que os professores buscam apoio para a sua prática, alternativas para as questões que se desenrolam na sala de aula, com cada aluno.

As famílias também encontram na coordenação o acolhimento para as suas demandas e anseios e, muitas vezes, é no diálogo que encontramos formas mais adequadas de contribuir e mediar para que as crianças desenvolvam-se integralmente.

Trabalhando juntamente com os especialistas, a coordenação busca a solução de conflitos e a superação de grande parte dos problemas que impedem o avanço dos estudantes. Em alguns momentos, há frustração das expectativas, porque nem sempre as relações se desenrolam conforme a teoria nos aponta, pois há nuances que podem impedir a superação. Mesmo nesses momentos, o fato de percebermos que há um caminhar coletivo contribui para que as questões positivas sejam realçadas. Não temos varinha mágica, nem tudo está ao nosso alcance, há questões que precisam de encaminhamentos externos à escola. Detectar esses pontos é fundamental, principalmente quando se lida com crianças tão pequenas, na faixa entre seis e onze anos.

Tanto a direção de ensino, quanto a direção geral dão respaldo para que as ações se desenvolvam. Quando há necessidade, em relação ao trabalho com os professores e com os estudantes e seus familiares, há um posicionamento direto, o que dá um suporte e segurança ao trabalho que precisa ser realizado.

Pensar a gestão de forma democrática não é uma utopia, mas uma necessidade. No chão da escola se relacionam diferentes atores, com diferentes propostas. Encontrar o denominador comum, chegar a consensos e decidir o melhor caminho a seguir não é algo fácil, mas supõe capacidade de escuta atenta, discernimento e, acima de tudo, confiança no trabalho coletivo, no saber construído coletivamente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v.135, n. 24, 20 dez. 1996.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001. \_\_\_\_\_, Moacir. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1993.

LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e gestão escolar. Teoria e prática.** 5 edição. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MORRETO, Vasco Pedro. Prova – um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

VIANNA, I. O. A. Planejamento Participativo na Escola. São Paulo: EPU, 1986.

RAMOS, Arinalda Oliveira. A Gestão Democrática e o Trabalho do Coordenador Pedagógico em uma Escola Pública do Distrito Federal . Disponível em:<[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8888/1/2013\\_ArinaldaOliveiraRamos.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8888/1/2013_ArinaldaOliveiraRamos.pdf)>. 2013.

SOUZA, Débora Quetti Marques de. Gestão Democrática da Escola Pública: desafios e perspectiva– UFPE. Disponível em:<[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328\\_174.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf)> Acesso 09\09\2017.